



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO- GRANDENSE
CENTRO DE REFERÊNCIA**

**CURSO TÉCNICO EM AGROECOLOGIA
FORMA SUBSEQUENTE**

Início: 2018/2

SUMÁRIO

1 – DENOMINAÇÃO	3
2 – VIGÊNCIA	3
3 - JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS	3
3.1 – APRESENTAÇÃO	3
3.2 – JUSTIFICATIVA	5
3.3 – OBJETIVOS	14
3.3.1 – <i>Objetivos específicos</i>	14
4 - PÚBLICO ALVO E REQUISITOS DE ACESSO	14
5 - REGIME DE MATRÍCULA	15
6 – DURAÇÃO	15
7 – TÍTULO	15
8 - PERFIL PROFISSIONAL E CAMPO DE ATUAÇÃO	15
9 - ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	16
9.1 - COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS	17
9.2 – MATRIZ CURRICULAR.....	21
9.3 – ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	21
9.4 – DISCIPLINAS, EMENTAS, CONTEÚDOS E BIBLIOGRAFIA	21
9.5 – POLÍTICA DE FORMAÇÃO INTEGRAL	21
10 - CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	22
11 - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM APLICADOS AOS ALUNOS	24
11.1 - AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCACIONAL	25
11.2 - RESULTADOS ESPERADOS	25
12 – RECURSOS HUMANOS	27
12.1 - RECURSOS HUMANOS E RESPECTIVAS ATRIBUIÇÕES NO PROJETO	27
13 – INFRAESTRUTURA	27
14 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40
14.1 BIBLIOGRAFIA REFERENCIADA	40
14.2 BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	41

1 – DENOMINAÇÃO

Curso Técnico em Agroecologia.

2 – VIGÊNCIA

O Curso Técnico em Agroecologia passará a vigor a partir do segundo período letivo de 2015.

Durante a sua vigência, este projeto deverá ser avaliado ao fim de cada edição pela (a) coordenação do curso, com vistas à ratificação e/ou à remodelação deste.

Tendo em vista as demandas de aperfeiçoamento identificadas pela referida instância ao longo de sua primeira vigência, o projeto passou por reavaliação, culminando em alterações que passaram a vigor a partir de 2018/2.

3 - JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

3.1 – Apresentação

O Curso Técnico em Agroecologia nasce da parceria entre Associação Comunitária Escola Família Agrícola da Região Sul - AEFASUL e Instituto Federal SUL Rio-Grandense - IFSUL, impulsionado pela necessidade de atendimento de uma demanda regional, construída a partir do Fórum da Agricultura Familiar que desde 2013, apontava para a necessidade de uma formação de nível técnico que trabalhasse a partir dos referenciais da Educação do Campo e da Agroecologia, voltada para a realidade do agricultura familiar no Território Zona Sul do Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, é importante reforçar que o Território Zona Sul, ao longo do tempo, consolidou-se como um importante referencial de experiências envolvendo a valorização da agroecologia no Rio Grande do Sul. Muitas destas experiências vêm sendo alicerçadas pela sua multiplicidade étnica – marcada pela descendência africana, açoriana, alemã, francesa, italiana e pomerana – especificidades ambientais que resultam em ampla biodiversidade conjugada às práticas distintas de organização social, sobretudo considerando a realidade do Território, permeada por 32.160 unidades de produção familiar, 3.615 famílias assentadas e 36 comunidades quilombolas.

Com área total de 39.960,00 Km² e uma população de 863.956 habitantes, seus limites territoriais abrigam 25 municípios, a saber: Aceguá, Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Candiota, Capão do Leão, Canguçu, Cerrito, Chuí, Cristal, Herval, Hulha Negra, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Turuçu.

Diversas organizações governamentais e não governamentais, ligadas ao ensino, pesquisa, extensão, organizações sindicais e cooperativas presentes no Território Zona Sul, constroem ações que fortalecem a transição agroecológica há mais de 20 anos. Dentre estes atores sociais, está o IFSUL, que há muito se organiza para articular e potencializar ações orientadas para o desenvolvimento territorial sustentável.

Nessa perspectiva, a parceria entre IFSUL e AEFASUL inicia com o reconhecimento e certificação do Curso de Nível Médio Integrado em Agroecologia em setembro de 2016, sediado no Centro de Treinamento de Agricultores Familiares - CETAC/EMATER, em Canguçu, RS, e se fortalece com a aprovação do Curso Técnico Subsequente para início das atividades em agosto de 2018.

Através da oferta do Curso Técnico em Agroecologia em parceria com a AEFASUL, o IFSUL celebra a vocação dos Institutos Federais para a oferta de educação tecnológica em todos os níveis e modalidades, buscando formar profissionais em estreita relação com os setores produtivos e a sociedade, cuja presença constitui elemento fundamental de desenvolvimento econômico e social, bem como, de suporte a melhoria da qualidade de vida da população, uma vez que proporciona o aproveitamento das potencialidades locais.

No âmbito de sua contribuição e de acordo com o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, o Curso Técnico em Agroecologia AEFASUL/IFSUL, tem sua proposta formativa alicerçada nos princípios agroecológicos e técnicos dos sistemas orgânicos de produção, de modo que habilita o desenvolvimento de

ações integradas, unindo a preservação e conservação de bens naturais à sustentabilidade social e econômica dos sistemas produtivos.

Diante do exposto, o Curso Técnico em Agroecologia a ser desenvolvido pela parceria AEFASUL/IFSUL, constitui-se numa política afirmativa para o desenvolvimento rural sustentável do Território Zona Sul, pois compreende a Agricultura Familiar, Tradicional e Camponesa como entes capazes de impulsionar a soberania e economia local, sobretudo, quando combinada com políticas públicas que almejam a permanência das pessoas no campo, sua proteção social e o bem estar das famílias e comunidades.

A proposta pedagógica em regime de alternância que rege o Curso Técnico em Agroecologia AEFASUL/IFSUL é orientada para a formação integral e cidadã, e implica num vínculo permanente dos(as) estudantes com a realidade e com as demandas territoriais, visando promover o desenvolvimento rural sustentável a partir da incorporação de novas práticas de produção agrícola e reprodução social, que sejam, economicamente viáveis, ecologicamente corretas, socialmente justas e culturalmente aceitas, preservando as tradições e conhecimentos acumulados pela sociobiodiversidade do Território Zona Sul.

Por último, convém ressaltar que a proposta do Curso Técnico em Agroecologia em regime de alternância, vem ao encontro das diretrizes preconizadas pelas políticas de Educação do Campo, reconhecendo a construção do conhecimento a partir da vinculação com a realidade vivida, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade da vida coletiva no país.

3.2 – Justificativa

A realidade brasileira revela números muito baixos de escolas de ensino médio e/ou técnico no campo. A grande maioria dos jovens rurais que querem dar continuidade a seus estudos não tem opção senão abandonar o campo para buscar escolas da cidade onde o ensino é voltado para a realidade urbana. Tal fato, quando não leva o estudante ao abandono dos estudos, acaba

influenciando-o a abandonar o campo. Além do que, as poucas escolas existentes no meio rural desenvolvem projetos pedagógicos construídos a partir de princípios e da cultura urbana. Infelizmente, ainda presenciamos no Brasil um sistema educacional que não propicia uma educação escolar que contemple as diferenças, onde se inclui a realidade e os costumes dos(as) jovens do campo.

Fontes oficiais demonstram o quão incipiente é a modalidade de ensino técnico profissionalizante para educação do campo no RS, sendo que no total de 670 escolas do campo no estado, apenas 12% das escolas oferecem Ensino Médio/Técnico (80 escolas) (MEC/INEP, 2012)¹

Visando minimizar este gargalo, particularmente no Território Zona Sul, expandiram-se a partir dos anos 90, as políticas de escola-pólo e de transporte escolar, visando criar novas perspectivas para o ensino médio/técnico no meio rural. As estratégias de ensino adotadas aliadas às fragilidades de transporte escolar representaram um grande desafio para as prefeituras com área e população rural significativa, ao mesmo tempo em que as grandes distâncias de deslocamento e as condições das estradas ainda permanecem como um grande empecilho ao acesso dos (as) rurais, sobretudo em municípios extensos como é o caso de Canguçu,RS.

Nesse sentido, de acordo com Paludo et al. (2015), apesar de todos os esforços que vem sendo feitos, alguns municípios do Território Zona Sul ainda abrigam escolas rurais com os menores Índices de Desenvolvimento da Educação Básica- IDEB do RS, como é o caso de Pelotas, Amaral Ferrador, Santana da Boa Vista e São José do Norte, dados que demonstram a necessidade de ampliar os esforços para que a educação do campo se consolide neste espaço tão importante para agricultura familiar, tradicional e camponesa que é o Território.

Buscando superar essas lacunas, o Curso Técnico em Agroecologia AEFASUL/IFSUL, na modalidade subsequente aqui proposto, está organizado a partir dos princípios da Pedagogia da Alternância e da Educação do Campo.

Segundo a LDB, Título V “Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino”, Capítulo II-Da Educação Básica, Seção I – Das disposições Gerais:

¹ http://servicos.educacao.rs.gov.br/dados/dp_cga_caderno_educ_campo.pdf

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não- seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

§ 2º O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei (BRASIL, 1996).

A opção pelo regime de alternância ocorreu pelo reconhecimento de que se trata de uma proposta metodológica que melhor atende às necessidades e demandas do campo.

As primeiras experiências educacionais da Pedagogia da Alternância surgiram em 1935 na França, onde um adolescente de família de agricultores se recusava a frequentar a escola na qual tinha sido matriculado argumentando que essa educação não lhe serviria para nada. Esta situação levou seu pai, juntamente com outros agricultores e o padre do pequeno vilarejo, a refletir sobre a educação que estava sendo oferecida para os jovens no meio rural e procurar alternativas para reverter este problema. Segundo Gimonet (2005) esta iniciativa foi referência para que eles encontrassem uma solução:

Criar uma escola que não prende adolescentes entre paredes, mas que lhe permita aprender através dos ensinamentos da escola, com certeza, mas também através dos aprendizados da vida cotidiana, graças a uma alternância de estadias entre a propriedade familiar e o centro escolar. (GIMONET, 2005, p. 76).

A base desta nova proposta, lançada pelas famílias e o pároco é uma educação voltada para o desenvolvimento do meio rural, permitindo a vivência de um projeto de construção e comprometimento com o saber. Ela busca respostas à condição do campo, procurando resolver problemas a partir de uma tomada de consciência, sendo um instrumento de transformação e que tem como foco principal a realidade deste meio.

Desta forma, se propõem a alternância da presença dos(as) estudantes entre a escola e a comunidade, isto é, os(as) jovens permanecem na Escola, em regime de internato, por um determinado período que é definido de acordo com as peculiaridades locais. No período seguinte, os(as) jovens retornam às suas propriedades familiares, e ao trabalho, para aplicar o conhecimento e as tecnologias difundidas na escola, numa perspectiva de reflexão ativa, transformando a escola do discurso em escola de ação.

A Pedagogia da Alternância, reúne em sua estrutura organizacional alguns eixos centrais: a) desenvolve processo de gestão participativa, em que as famílias e parceiros locais planejam e administram juntamente com a equipe de trabalho; b) a Alternância é o método integrativo entre escola e trabalho, em que as pesquisas realizadas, cotidianamente, culminam na elaboração e execução de projetos profissionais de vida; c) possui um calendário adaptado às necessidades locais em cada região; d) desenvolve formação integral de modo pleno interagindo teoria e prática, o saber empírico e o científico, a realidade da pequena propriedade e o mundo global, a convivência em grupos, a ética e a vocação aliada à profissão.

A intenção, a partir desses eixos é garantir que o processo de ensino e de aprendizagem assegure o respeito à cultura do grupo, a valorização dos diferentes saberes e a produção coletiva do conhecimento, por meio de práxis que integram os saberes adquiridos no tempo escola e no tempo comunidade.

Neste propósito, os conceitos da área técnica específica e demais saberes atrelam-se à formação geral dos(as) estudantes, de forma transdisciplinar, isto é, por meio de um processo educativo articulado aos conteúdos e saberes locais, regionais e globais, garantindo livre trânsito entre um saber e outro.

A metodologia adotada conjuga-se, portanto, às práticas problematizadoras, às práticas do diálogo e à participação no que tange à formação de sujeitos. Para tanto, as estratégias formativas comportam três etapas básicas: Investigação dos grandes temas geradores ou eixos temáticos eleitos pelo grupo; Contextualização crítica dos temas geradores identificados, privilegiando uma abordagem histórica, relacional e problematizadora da

realidade; Processos de ensino e de aprendizagem que se vinculam a ações concretas de superação das situações-limite do grupo.

Neste sentido, as bases metodológicas propostas para o curso de Agroecologia vem ao encontro 'Dos Princípios e Fins da Educação Nacional':

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996).

Assim, a decisão pela oferta do Curso Técnico em Agroecologia com através da proposta pedagógica aqui apresentada, está alicerçada na certeza de que o mesmo pode criar condições para que os(as) agricultores(as) atinjam níveis de autonomia nos campos do saber, da tecnologia e da economia, passando a fazer uma transição do atual modelo de produção agrícola para aquele que será a agricultura do futuro, digna e respeitosa para as pessoas e para a Natureza.

Desta forma, acredita-se que investir em uma educação do campo contextualizada aos princípios da Agroecologia torna-se estratégia fundamental para o desenvolvimento rural a partir da disseminação e ampliação de conhecimentos a respeito do manejo, processamento e comercialização da produção hortícola, aliada à assistência técnica e extensão rural.

Através da produção diversificada de alimentos, as famílias agricultoras conquistam o primeiro passo para qualidade de vida que perpassa a produção para a subsistência, determinante para a saúde, emancipação individual, vocação para o trabalho e futuro digno, podendo, a partir daí, aprimorar-se com vistas a comercializar a produção excedente.

Neste cenário, propõe-se, através da oferta do Curso Técnico em Agroecologia AEFASUL/IFSUL, investir na capacitação contextualizada da produção familiar, direcionada principalmente à juventude rural do Território Zona Sul, RS, bem como na formação integral desses jovens, desenvolvendo sua capacidade de compreender, criticar e intervir nos espaços e nas relações humanas onde se inserem, de forma a transformar a sua realidade e a das comunidades onde vivem, numa perspectiva de emancipação e de autonomia.

Torna-se ainda importante ressaltar que o Curso Técnico em Agroecologia AEFASUL/IFSUL está sediado no município de Canguçu, RS, município conhecido como capital nacional da agricultura familiar, o qual depende, insubstituivelmente, deste tipo de produção para manter-se ativo e provido de sua identidade social constitutiva. Por isso, trabalhar sob a ótica da qualificação produtiva e permanência digna dos/as jovens no campo constitui estratégia vital para a maturidade socioeconômica e ambiental das realidades rurais e também urbanas deste município, as quais estão interligadas e são dependentes.

Além disso, a necessidade de alimentar-se convenientemente é uma necessidade primária que remonta à origem da humanidade e que precisa ser elevada nas propostas de desenvolvimento territorial, visto que essa é a condição essencial para toda a atividade humana e qualquer definição ou processo de desenvolvimento deve integrá-la e/ou realizá-la plenamente.

Nesse sentido, o conceito de segurança alimentar tem evoluído ao longo do tempo, mas tem sempre por base uma preocupação de certezas e/ou incertezas no que se refere ao acesso ao alimento em quantidade e qualidade adequada à vida saudável das pessoas. Contudo, o conceito de segurança alimentar preconiza a realização do direito que todos têm de alcançar regular e permanentemente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, as quais respeitam a diversidade cultural e que sejam sociais, econômica e ambientalmente sustentáveis. O conceito de soberania alimentar, basilar para trabalhar a agroecologia em sua plenitude, vai além, pois perpassa a compreensão de que um povo, para ser livre, precisa ser soberano e essa soberania passa pela qualidade de sua alimentação, pelo direito de optar pelas sementes e variedades que irá produzir, assim como práticas e insumos que irá priorizar para o cultivo.

Essa noção de soberania alimentar argumenta que alimentar o povo de uma nação é uma questão de segurança nacional – de soberania, se quisermos. Se, para a próxima refeição, a população de um país depender dos caprichos da economia global, da boa vontade de uma superpotência em não usar o alimento como arma, da imprevisibilidade e do alto custo de transportes a longas distâncias, então esse país não está seguro; nem

no sentido de segurança nacional, nem de segurança alimentar (ROSSET, 2003, p. 319).

Além disso, tendências recentes do sistema agroalimentar caracterizam-se principalmente pelos processos de diferenciação no consumo dos alimentos, cujos reflexos vão das etapas da produção agrícola até o processamento e redes de comercialização. Gradativamente, a valorização de produtos com atributos diferenciados de qualidade cria novas oportunidades de mercado, muitas das quais, acessíveis aos(as) diversos(as) agricultores(as). As novas oportunidades incluem desde a inserção desses(as) agricultores(as) em nichos de mercado nacionais e internacionais, com denominação de origem e nos mercados orgânicos, até o aprimoramento dos circuitos regionais de produção, distribuição e consumo de alimentos.

Através do conhecimento construído no Curso Técnico em Agroecologia AEFASUL/IFSUL e para além do atendimento das necessidades do mercado, pretende-se contribuir para subsistência alimentar e geração de renda, através da agregação de valor na produção excedente, priorizando a utilização de práticas de manejo agroecológico dos agroecossistemas. A vantagem econômica mais evidente e em curto prazo da utilização destas práticas, está na autonomia tecnológica e apropriação, pelas famílias rurais, de maior parcela do valor do produto final de consumo, buscando nos modelos existentes aprimorar padrões diversificados e sustentáveis. Em longo prazo, a opção por essas práticas, revitaliza os agroecossistemas, torna-os resilientes diante de perturbações futuras como desequilíbrios econômicos e climáticos.

No mesmo sentido, para Agricultura Familiar, as políticas públicas de incentivo à produção orgânica como o PNAE, PAA e Plano Nacional de Agroecologia, parecem estar no escopo principal do estímulo do processo transitório. Neste aspecto, torna-se imprescindível que as instituições de ensino e formação tecnológica estejam preparadas para essa nova realidade que parece emergir sem recuo dos consumidores cada vez mais atentos para origem e qualidade dos alimentos em detrimento da disponibilidade, aparência e valor econômico.

Problematizar as alternativas de produção, manejo, colheita, pós colheita, processamento e agregação de valor da produção agrícola consiste em

compreender o sistema de produção para além do produtivismo convencional, que na maioria das vezes exaure as condições necessárias para a qualidade dos sistemas produtivos ao longo do tempo, bloqueando a reprodução social das famílias rurais, bem como comprometendo os laços de confiança e afinidade entre agricultores e consumidores.

Nessa linha, a Agroecologia, enquanto ciência, prática e movimento (WETZEL et al. 2009) é um campo promissor, no qual muitas transformações podem acontecer, ampliando o leque de alternativas apresentadas a esses/as jovens para que os/as mesmos/as (re) definam suas escolhas. Não podemos deixar de citar que as possibilidades que possam advir a partir da adoção dos fundamentos da agroecologia como norteadores de muitas transformações (políticas, organizativas e produtivas), passam, inevitavelmente, pela noção de transição agroecológica, que não trata apenas de um “esverdeamento” da produção agropecuária, mas também pela ruptura com as monoculturas da mente de que nos fala Vandana Shiva (2003).

Rupturas que redefinem, valores, saberes, relações e, conseqüentemente, o modo de produzir e viver, compreendendo a espécie humana como partícipe da natureza e, indiscutivelmente, discutindo a relação sociedade-natureza, que passa a ser vista de forma holística e integrada, compondo uma imensa teia, na qual, sem dúvida, as juventudes rurais são fortes nós.

Esse encontro com a agroecologia faz com que os/as jovens passem a buscar maior intervenção e autonomia dentro da unidade familiar. Essa busca por intervenção e autonomia não se dá apenas no processo produtivo agrícola. Dados recentes revelam que o interesse dos/as jovens em buscar combinar a agricultura com outras estratégias econômicas como o turismo rural, a agroindustrialização e o artesanato demonstram claramente a construção de alternativas visando autonomia financeira. Essa característica também é apontada no âmbito das estratégias pluriativas.

Assim, nos processos agrícolas vinculados à transição agroecológica os/as jovens experimentam diferentes técnicas de manejo, usam diferentes técnicas de adubação “alternativas”, caldas e defensivos naturais. Como princípio, seguem a diversificação de culturas, geralmente a partir de consórcios, e têm investido em diferentes formas de agregação de valor aos produtos com o

processamento/beneficiamento pós-colheita (MOURA; FERRARI, 2016; CASTRO, 2009).

Dentre os processos desencadeados pela diversificação produtiva agroecológica estão: a minimização da utilização de agrotóxicos e a consequente redução das intoxicações humanas e contaminações ambientais (TROIAN; DAL SOGLIO, 2013); a produção de culturas agrícolas destinadas não apenas para a comercialização, mas também para a subsistência, implicando em uma maior segurança e soberania alimentar (PASQUALOTTO et al., 2011); a centralidade do trabalho com o aumento do número de ocupações e o aumento da necessidade de mão-de-obra (OLIVEIRA; SCHNEIDER, 2009; PASQUALOTTO et al., 2013); a agregação de valor aos produtos (FERT NETO et al., 2013); a minimização dos riscos econômicos oriundos de produções especializadas (TROIAN; DAL SOGLIO, 2013); o acesso a novos mercados e novos nichos de mercado (TRICHES et al., 2013); entre outros.

A Agroecologia, enquanto campo de conhecimento científico, é capaz de revalorizar a profissão de agricultor e da agricultora (OLIVEIRA; SCHNEIDER, 2009) e de criar novos espaços de atuação para os jovens, inclusive para as moças, muitas vezes excluídas do processo produtivo (FERT NETO et al., 2013; PASQUALOTTO et al., 2013). É interessante constatar que nestes espaços criados os/as jovens não são vistos apenas como mão-de-obra passiva, submissos aos mandos e desmandos patriarcais, mas sim como protagonistas no processo de transição agroecológica. Esse protagonismo pode gerar, inclusive, o desenvolvimento de organizações sociais por parte desses jovens, que culmina em sua valorização identitária e profissional, enquanto jovens rurais e enquanto agricultores agroecologistas (FERT NETO et al., 2013).

Em virtude de todas essas transformações, o Curso Técnico em Agroecologia AEFASUL/IFSUL, aposta na tese de que a Agroecologia criará e recriará as mais diversas condições capazes de favorecer a permanência e a atração dos jovens para o meio rural e para as atividades agropecuárias, freando as migrações para o meio urbano e os processos de esvaziamento e masculinização do meio rural.

3.3 – Objetivos

Capacitar Técnicos em Agroecologia, na modalidade subsequente, 25 jovens do campo provenientes da agricultura familiar, tradicional e de assentamentos da reforma no Território Zona Sul do RS.

3.3.1 – Objetivos específicos

- Proporcionar aos estudantes a apropriação de tecnologias possíveis de serem aplicadas em suas comunidades com baixo impacto ambiental, social e econômico;
- Contribuir para a mudança do modelo tecnológico adotado pelos(as) agricultores(as) familiares, tradicionais e assentados(as) de reforma agrária no Território Zona Sul do RS, tendo como horizonte a Agroecologia como ciência, prática e movimento;
- Elevar o nível de escolarização técnica de nível médio no Território Zona Sul, RS, especialmente nas áreas de Reforma Agrária do RS, contribuindo com a produção agroecológica e a sustentabilidade das comunidades;
- Capacitar os(as) envolvidos(as) para que sejam capazes de fortalecer as suas comunidades de origem, criando tecnologias apropriadas para a agricultura e a pecuária familiar;

4 - PÚBLICO ALVO E REQUISITOS DE ACESSO

O público alvo deste curso são agricultores(as) e filhos(as) de agricultores(as) familiares, oriundos de comunidades tradicionais ou assentamentos da reforma agrária, que atuem ou pretendam atuar na organização da produção, da cooperação e em ações de preservação ambiental e transição produtiva. O requisito de acesso ao curso é a conclusão satisfatória do ensino médio, sendo o processo seletivo de ingresso, previsto em regulamentado e edital específicos.

5 - REGIME DE MATRÍCULA

Regime de Curso	Etapa única
Regime de Matrícula	Seriado
Turno de Oferta	Integral - regime de alternância
Número de vagas	25
Regime de Ingresso	Único

6 – DURAÇÃO

Duração do Curso	Um ano e meio
Carga horária em disciplinas obrigatórias	1216h
Estágio curricular obrigatório	Não previsto
Tempo comunidade	320h
Carga horária total do curso	1536h

7 – TÍTULO

Após a integralização da carga horária total do curso, incluindo atividades complementares, o aluno receberá o diploma de Técnico em Agroecologia.

8 - PERFIL PROFISSIONAL E CAMPO DE ATUAÇÃO

A concepção que embasa o trabalho do Técnico em Agroecologia pressupõe que haja uma constante capacidade de buscar o aperfeiçoamento e adaptação das técnicas e processos utilizados às características locais de clima, solos, culturas, etc.

O profissional ao concluir o curso deverá possuir capacidade de:

- ✓ Observar a natureza e buscar tecnologias alternativas de produção junto à comunidade de origem;
- ✓ Desenvolver e executar atividades de pesquisa em vista de criar alternativas aos problemas e gargalos tecnológicos e organizativos enfrentados, bem como dominar o paradigma científico da Agroecologia,

como pano de fundo para a aplicação desse conjunto de técnicas a serviço da produção e/ou validação de conhecimentos;

- ✓ Vincular seu trabalho aos núcleos de base dos(as) agricultores(as) em vista de se referenciar organicamente, assumindo como sua a responsabilidade pela elevação da capacidade organizativa e produtiva desses grupos;
- ✓ Controlar os parâmetros técnicos e legais das atividades agrícolas;
- ✓ Desenvolver processos organizativos, nas comunidades rurais, estimulando os(as) agricultores(as) a solucionar os problemas existentes, tornando-se um(a) profissional facilitador(a) da interação entre conhecimento técnico e comunidade.
- ✓ Planejar, organizar e gestar processos participativos.

Campo de Atuação:

Propriedades rurais. Empresas comerciais agropecuárias. Estabelecimentos agroindustriais. Empresas de assistência técnica, extensão rural e pesquisa. Parques e reservas naturais. Cooperativas e associações rurais. Empresas de certificação agroecológica. Empresas de certificação orgânica.

9 - ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O curso técnico Agroecologia será realizado sob a metodologia da pedagogia da alternância. A alternância é compreendida por momentos de influencia distintos. Um momento é aquele em que o acento maior é a escola, onde os componentes curriculares são desenvolvidos, presencialmente, para o qual denominamos tempo escola (TE).

Tempo Escola (TE): Período destinado ao estudo dos componentes curriculares previstos no projeto do curso, conforme cronograma das aulas. Neste tempo os(as) educandos(as) se inserem nas atividades produtivas da Escola com práticas de campo, sob orientação de educadores.

Tempo Comunidade (TC): período em que os(as) educandos(as) estarão diretamente envolvidos com os processos produtivos e organizativos em suas comunidades. Este trabalho deve ser planejado pelo conjunto dos(as) educadores(as), através de um trabalho interdisciplinar, que tenha como princípios: a pesquisa, a organização pessoal e a auto formação. O(A) educando(a) deverá atuar na comunidade, entidade, movimento, e propriedade, onde realizará práticas de campo.

Práticas de campo

As práticas de campo não são consideradas uma área do conhecimento, mas sim um instrumento pedagógico que busca associar os conhecimentos teóricos à prática profissional. Tem como objetivo proporcionar ao(à) educando(a), situações mais próximas do concreto-real de sua futura atividade profissional, possibilitando a vivência de conflitos e o exercício pleno de sua capacidade cognitiva frente a situações problema.

As atividades da prática de campo são debatidas entre educandos(as) e os(as) educadores(as) responsáveis pelas distintas unidades didáticas e orientadas por educadores(as) e/ou profissionais das áreas de conhecimento em questão (assistência técnica e pesquisa). Estas práticas de campo transcorrem tanto no Tempo Escola (TE) quanto no Tempo Comunidade (TC).

Distribuição dos tempos educativos

O curso técnico em Agroecologia será realizado em etapa única, com alternância entre TE e TC, sendo que cada vivência em Tempo Escola terá em média de 42 horas.

Ficando com a seguinte distribuição: no Tempo Escola (TE) são 1216 horas e no Tempo Comunidade (TC) são 320 horas.

9.1 - COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS

Etapa I: DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E RECURSOS RENOVÁVEIS

- ✓ Analisar o processo econômico e ambiental que resultou na agroecologia e sua importância para o desenvolvimento socioeconômico dos agricultores e para conservação do ambiente;

- ✓ Planejar e implantar agroecossistemas a partir dos princípios da agroecologia;
- ✓ Reconhecer a legislação referente à produção orgânica/agroecológica, bem como Instruções Normativas pertinentes;
- ✓ Conhecer e considerar as relações entre os fatores bióticos e abióticos dos agroecossistemas e suas ligações ecossistêmicas;
- ✓ Conhecer a importância produtiva, social, econômica e ambiental do uso da energia a partir das diferentes fontes energéticas;
- ✓ Avaliar o desempenho energético de agroecossistemas;
- ✓ Planejar, organizar e monitorar as alternativas de otimização dos fatores bióticos e abióticos e seus efeitos no crescimento e desenvolvimento das plantas e dos animais;
- ✓ Desenvolver a capacidade crítica e analítica da realidade do campo, articulando os diferentes saberes científicos e populares.
- ✓ Perceber a importância da água na manutenção e manejo da estabilidade dos agroecossistemas;
- ✓ Planejar, orientar, avaliar sistemas de aproveitamento, armazenamento de água, para a irrigação e drenagem;
- ✓ Reconhecer a ligação entre nutrição vegetal e sanidade;
- ✓ Empregar o manejo ecológico do solo;
- ✓ Reconhecer a composição do solo e a função de seus componentes;
- ✓ Perceber a importância da estrutura e da vida do solo;
- ✓ Inter-relacionar os componentes solo-planta-meio;
- ✓ Conhecer a importância produtiva, social, econômica e ecológica do uso da energia a partir das diferentes fontes energéticas;
- ✓ Avaliar o desempenho energético de agroecossistemas;
- ✓ Compreender a unidade do agroecossistema e suas interações;
- ✓

Etapa II: PRODUÇÃO VEGETAL

- ✓ Conhecer ciclos produtivos e características das principais culturas;
- ✓ Conhecer a ecologia de insetos e doenças dos vegetais;
- ✓ Identificar insetos e doenças dos vegetais e causas de seu surgimento nas culturas;

- ✓ Planejar e implantar sistemas agroflorestais;
- ✓ Perceber a importância ambiental dos campos nativos e naturalizados;
- ✓ Planejar e orientar ações referentes ao preparo de solo, semeaduras e tratamentos culturais;
- ✓ Monitorar métodos e técnicas de plantio colheita e armazenamento;
- ✓ Conhecer e identificar, conforme classificação taxonômica, as principais plantas de interesse agrícola;
- ✓ Aplicar os conhecimentos relacionados à fisiologia Vegetal;

Etapa III: PRODUÇÃO ANIMAL

- ✓ Manejar as comunidades de animais domésticos, plantas, insetos e microorganismos;
- ✓ Aplicar noções de comportamento animal para planejar sistemas criatórios;
- ✓ Empregar o estudo de raças e cruzamentos para realizar acasalamentos;
- ✓ Promover a recuperação e o uso de raças adaptadas;
- ✓ Identificar os órgãos e estruturas da anatomia animal;
- ✓ Conhecer o correto funcionamento dos órgãos e sistemas de animais e vegetais;
- ✓ Conhecer os nutrientes, alimentos e suas funções;
- ✓ Conhecer as necessidades nutricionais de diferentes espécies de animais e vegetais;
- ✓ Orientar o manejo alimentar dos animais e vegetais;
- ✓ Planejar e projetar as instalações necessárias a produção de leite à base de pasto;
- ✓ Elaborar, implantar e acompanhar projetos de PRV (Pastoreio Rotativo Voisin);
- ✓ Planejar sistemas de criação intensiva e integrada a campo;
- ✓ Compreender a sanidade animal
- ✓ Empregar métodos profiláticos de manutenção da saúde; (sanidade)
- ✓ Conhecer as principais enfermidades; (sanidade)
- ✓ Agir em emergências para manutenção da vida;
- ✓ Atuar no controle e prevenção de doenças.

Etapa IV: COOPERAÇÃO AGRÍCOLA

- ✓ Compreender o funcionamento da sociedade, a partir de algumas noções básicas da ciência sociológica;
- ✓ Compreender que existem diferentes concepções de mundo e que elas são históricas;
- ✓ Capacidade de administrar planejar e gestar a unidade produtiva familiar e experiências associativas;
- ✓ Capacidade de estimular, criar e mediar processos de organização coletiva entre os sujeitos de uma comunidade;
- ✓ Compreender a dinâmica dos mercados agrícolas e as estratégias autônomas de inserção;
- ✓ Capacidade de fazer planejamento;
- ✓ Capacidade de elaborar projetos;
- ✓ Planejar, organizar e monitorar a obtenção, processamento, conservação e armazenamento da matéria prima e dos produtos agroindustriais de origem animal e vegetal;
- ✓ Elaborar, aplicar e monitorar programas profiláticos, higiênicos e sanitários na produção agroindustrial familiar;
- ✓ Implantar e gerenciar sistemas de controle de qualidade na produção agroindustrial;
- ✓ Compreender os princípios e fundamentos da cooperação agrícola;
- ✓ Processamento certificação e comercialização;
- ✓ Orientar e acompanhar levantamento planimétrico e altimétrico;
- ✓ Identificar métodos de conservação do solo;
- ✓ Planejar, projetar e orientar ações de construções e instalações rurais;
- ✓ Planejar, regular e orientar o uso adequado de máquinas, implementos e ferramentas agrícolas;
- ✓ Reconhecer e escolher as máquinas e implementos agrícolas adequados as condições dos pequenos agricultores.

9.2 – MATRIZ CURRICULAR

Em anexo.

9.3 – ATIVIDADES COMPLEMENTARES

O Tempo Comunidade (TC) será considerado como atividade complementar, por ser um período em que os(as) educandos(as) estarão diretamente envolvidos com os processos produtivos e organizativos em suas comunidades. Este trabalho será planejado pelo conjunto dos educadores, um trabalho interdisciplinar, que tem como princípios: a pesquisa, a organização pessoal, a autoformação. O educando deverá atuar na comunidade, entidade, movimento e propriedade, onde realizará práticas de campo.

9.4 – DISCIPLINAS, EMENTAS, CONTEÚDOS E BIBLIOGRAFIA

Vide programas em anexo.

9.5 – POLÍTICA DE FORMAÇÃO INTEGRAL

“Nosso método é uma forma de pensamento, uma maneira de encarar a realidade, de abordar as ciências do que se vive, de estimar aquele que aprende de forma diferente enquanto aluno e, ao mesmo tempo, de considerar o meio profissional, técnico, humano, como suporte dos programas de formação.”

(GIMONET, 2007, p. 19).

Na pedagogia da alternância deixa-se para trás uma pedagogia plana para se ingressar em uma pedagogia com dimensões no espaço e no tempo. Os papéis dos atores do processo ensino aprendizagem se modificam. O “alternante” não é mais um aluno em uma escola costumeira e sim um cidadão inserido em um determinado contexto de vida e em um território. Sua família é convidada a participar ativamente da vida da escola. Os professores, orientadores educacionais, profissionais de apoio técnico-administrativo passam a desempenhar, no processo de ensino-aprendizagem, papéis mais amplos do que aqueles desempenhados nas escolas tradicionais. Todos estes atores são chamados a atuar, a cooperar, a complementar-se nas suas diferenças.

A eficiência da pedagogia da alternância está ligada diretamente à qualidade relacional existente entre todos estes atores para que se possa programar as atividades e os instrumentos pedagógicos específicos deste

método. Isto posto, observa-se que é intrínseco ao método adotado o trabalho de formação integral do aluno, tendo sempre como princípios norteadores:

- ética;
- raciocínio lógico;
- capacidade de trabalhar em equipes, com iniciativa, criatividade e sociabilidade;
- estímulo à capacidade de trabalho de forma autônoma e empreendedora;
- integração com o mundo de trabalho.

10 - CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

Atendendo ao que dispõe a Resolução CNE/CEB 06/2012, poderão ser aproveitados os conhecimentos e as experiências anteriores, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva habilitação profissional, adquiridos:

I - no Ensino Médio;

II - em qualificações profissionais e etapas ou módulos de Nível Técnico concluídos em outros cursos;

III - em cursos de Educação Profissional de Nível Básico - mediante avaliação;

IV - no trabalho ou por outros meios informais, mediante avaliação do aluno. Quando este aproveitamento tiver como objetivo a certificação, seguir-se-ão as diretrizes a serem apontadas pelo Sistema Nacional de Certificação, a serem ainda definidas.

Os conhecimentos adquiridos em cursos de Educação Profissional de Nível Básico, no trabalho ou por outros meios informais, serão avaliados mediante processo próprio dessa instituição.

Este processo de avaliação deverá prever instrumentos de aferição teóricos/práticos, os quais serão elaborados por banca examinadora, especialmente constituída para este fim.

A banca de que fala o parágrafo anterior deverá ser composta por docentes habilitados e/ou especialistas da área pretendida e profissionais indicados pela Diretoria de Ensino.

Na construção destes instrumentos, a banca deverá ter o cuidado de aferir os conhecimentos com a mesma profundidade com que é aferido o conhecimento do(a) estudante que frequenta regularmente o Instituto Federal Sul Rio-grandense.

Sempre que for possível, a avaliação deverá contemplar igualmente os aspectos teórico e prático.

O registro do resultado deste trabalho deverá conter todos os dados necessários para que se possa expedir com clareza e exatidão o parecer da banca. Para tanto, deverá ser montado processo individual que fará parte da pasta do aluno.

No processo deverão constar tipos de avaliação utilizada (teórica e prática), parecer emitido e assinado pela banca e homologação do parecer assinado por docente da área indicado em portaria específica.

É indispensável que se registre todo o processo de avaliação e que, só após sua aprovação, o aluno seja inserido no semestre pretendido.

Para orientação sobre o tema tomaremos como referenciais legais:

* a Lei 9394/96, de 20.12.1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional;

* o Decreto 5154, de 23.07.2004, que regulamenta o § 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 42 da Lei 9394/96;

* a Resolução nº06/2012, da CEB/CNE, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, assim como outros referenciais que vierem a ser produzidos.

11 - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM APLICADOS AOS ALUNOS

A avaliação é entendida como processo, numa perspectiva libertadora, com a finalidade de promover o desenvolvimento e favorecer a aprendizagem. Em sua função formativa, a avaliação transforma-se em exercício crítico de reflexão e de pesquisa em sala de aula, para a análise e compreensão das estratégias de aprendizagem dos(as) educandos(as), na busca de tomada de decisões pedagógicas favoráveis à continuidade do processo.

A avaliação, sendo dinâmica e continuada, não deve limitar-se à etapa final de uma determinada prática. Deve, sim, pautar-se por observar, desenvolver e valorizar todas as etapas de crescimento, de progresso do educando na busca de uma participação consciente, crítica e ativa do mesmo.

A intenção da avaliação é de intervir no processo de ensino-aprendizagem, com o fim de localizar necessidades dos(as) educandos(as) e comprometer-se com a sua superação, visando ao diagnóstico e à construção em uma perspectiva democrática.

A avaliação do desempenho será feita em etapa única, com um parecer individual, onde se explicitará se o estudante é considerado aprovado ou reprovado no curso. Este parecer individual será construído com base nas atividades desenvolvidas junto à unidade de produção agropecuária a qual o estudante está vinculado, durante os Tempos Comunidade. A proposta de atividade a ser desenvolvida é apresentada aos professores ao final de cada uma das duas primeiras sequencias de Tempos Escola (correspondentes aos dois primeiros semestres), e deve ter relação com os conteúdos desenvolvidos durante o respectivo Tempo Escola e viabilidade técnica e de tempo para sua execução, para a aprovação da proposta.

No retorno do estudante à escola, ele apresenta os resultados da atividade desenvolvida para o grupo de professores e estudantes, para avaliação. Este processo se repetirá nos tempos comunidades subsequentes e comporão o portfólio de cada estudante, que será avaliado no final do curso como Aprovado (A) ou Reprovado (R).

11.1 - Avaliação do projeto educacional

Serão realizados seminários de caráter pedagógico e avaliativo no início de cada etapa, com vistas a analisar o andamento da metodologia do curso, que está ancorada na organização por tempos educativos, dando ênfase às relações interpessoais que envolvem educandos(as), corpo docente e apoio pedagógico. Ainda nestes seminários serão analisados os desafios que envolvem a organização dos educandos(as) e educadores(as) no tempo comunidade, buscando verificar a articulação entre os saberes construídos e a práxis das comunidades rurais, tradicionais e assentamentos.

11.2 - Resultados esperados

O Curso Técnico em Agroecologia AEFASUL/IFSUL contribuirá para a formação de um profissional capacitado no âmbito da Educação do Campo e da Agroecologia, para atuar diante da realidade territorial num contexto de sustentabilidade socioambiental, com ênfase na preservação do patrimônio natural e nas condições de vida da população do campo, priorizando a produção de alimentos mais seguros e saudáveis. Nesse sentido, o Curso contribuirá para a formação de um profissional capaz de atuar para além dos componentes curriculares, articulando-os com outras áreas do conhecimento, ligados às transformações do campo, da natureza e das pessoas que vivem no campo.

A matriz curricular interdisciplinar, constituída por componentes curriculares que abordam desde a técnica de produção vegetal e animal até a gestão cooperativa, estabelecimento de cadeias produtivas e construção de políticas públicas para o campo, permite uma maleabilidade de atuação profissional, atendendo as demandas e os gargalos técnicos voltados ao apoio à transição agroecológica no Território Zona Sul, RS.

Através do processo formativo proposto o Curso Técnico em Agroecologia poderá contribuir com:

- o fortalecimento das relações interinstitucionais e do diálogo dos saberes para construção do conhecimento agroecológico no Território;
- favorecimento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão

- a valorização das diversidades e etnicidades no Território;
- a compreensão das origens e conceitos que orientam a Agroecologia e Produção Orgânica no Território;
- a integração de uma rede de informações e experiências relacionadas à Agroecologia e Produção Orgânica no Território;
- a identificação de vulnerabilidades e potencialidades da Agroecologia E Produção Orgânica no Território
- a formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas prioritárias ao desenvolvimento rural local, regional e nacional de base Agroecológica e de Produção Orgânica
- o fortalecimento do debate de políticas públicas que envolvam questões de gênero e juventude rural no Território;
- o desenvolvimento de meios e processos de produção, inovação e construção participativa de conhecimentos e práticas de base Agroecológica e de Produção Orgânica;
- geração de conhecimentos, processos e insumos, economicamente viáveis, para transição agroecológica no Território;
- a formação profissional que favorece o acesso a emprego e renda;
- a formação de agentes multiplicadores da Agroecologia e Produção Orgânica no Território;
- ampliação de oportunidades educacionais, facilitando o acesso e a permanência na educação profissional e tecnológica e no ensino superior;

12 – RECURSOS HUMANOS

12.1 - Recursos Humanos e respectivas atribuições no Projeto

Função	Atribuição	Instituição	Regime de trabalho
Coordenador Geral (1)	Professor responsável pelo Curso	IFSUL	a definir
Coordenador Pedagógico (1)	Professor que acompanha o curso, com a visão do todo, articulando as áreas do conhecimento	AEFASUL	a definir
Professores (8)	Professor responsável pelo desenvolvimento das aulas de acordo com os conteúdos previstos no PPC	AEFASUL	a definir
Monitor (2)	Auxiliar a coordenação geral e pedagógica nas atividades formativas	AEFASUL	a definir
Técnicos de Apoio (2)	Responsável pelas tarefas administrativas e de apoio pedagógico	AEFASUL	a definir

13 – INFRAESTRUTURA

O Curso Técnico em Agroecologia AEFASUL/IFSUL, será desenvolvido nas mesmas instalações da AEFASUL em que já se desenvolvem as atividades do Curso Técnico Integrado em Agroecologia, sediadas no Centro de Treinamento de Agricultores de Canguçu - CETAC/EMATER.

O Centro de Formação de Agricultores de Canguçu – CETAC, administrado pela ASCAR-EMATER/RS foi inaugurado em 1996 e dispõe de uma área física de 48,9 ha, com capacidade de hospedar até 60 pessoas. Dentre a infraestrutura disponível cabe ressaltar os alojamentos, refeitório, salas de aula e de lazer, centro de convenções (400 lugares) e Unidades Didáticas para as aulas práticas dos cursos de agroindústria e boas práticas de fabricação, fitoterapia e pecuária, além de ampla área de experimentação agrícola, laboratório de ciência, quadras esportivas e biblioteca, disponibilizados através

de uma parceria institucional entre a AEFASUL e a Escola Técnica Estadual de Canguçu - ETEC.

INFRAESTRUTURA AEFASUL CETAC/EMATER



Área parcial do CETAC/EMATER com destaque para localização da AEFASUL e área agrícola experimental circundada.



Área externa/recreação



Área externa/recreação



Vista externa Bloco 1 e 2.



Vista externa Bloco 1.



Sala de aula (Bloco1).



Banheiro feminino (Bloco 1).



Banheiro Professores (Bloco 1).



Banheiro PNE (Bloco 1).



Vista externa (EFASul – Bloco 2).



Acesso Multiuso (Bloco 2).



Secretaria (Bloco 2).



Direção / Coordenação pedagógica (Bloco 2).



Sala Multiuso (Bloco 2).



Banheiro masculino (Bloco 2).



Cozinha (Bloco 3).



Refeitório (Bloco 3).



Vista externa Auditório .



Vista interna do Auditório.



Vista interna do Auditório



Espaço interno da estufa didática.



Vista externa da estufa didática e horta.



Horta didática.

14 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

14.1 Bibliografia referenciada

CASTRO, E. G.. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud , Manizales, vol. 7, n. 1, p. 179-208, enero-junio, 2009.

FERRARI, Eugênio. MOURA, Natália Faria de. Juventudes e agroecologia: a construção da permanência no campo na zona da mata mineira . Rio de Janeiro:ANA/Viçosa: CTA-ZM, 2016.

FERT NETO, J.; SOUZA, Patrine; MADRUGA, Joseane; FERNANDES, Patrícia; WERTER, Silvia Danieli. Práticas agroecológicas, gênero e reprodução social da ruralidade no Planalto Sul de Santa Catarina. Cadernos de Agroecologia, v.8, n.2, p.1-5, nov. 2013. Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/13933>>. Acesso em: 03 abr. 2014.

GIMONET, J. Praticar e Compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs. Trad. Thierry Burghgrave. Petrópolis,RJ:Vozes – Paris:AIMFR, 2007.

GIMONET, J. Praticar e Compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs. Trad. Thierry Burghgrave. Petrópolis,RJ:Vozes – Paris:AIMFR, 2007.

OLIVEIRA, D.; SCHNEIDER, Sérgio. O futuro das unidades familiares: uma análise das possibilidades de sucessão hereditária entre os agricultores ecologistas de Ipê/RS. Rev. Bras. de Agroecologia, v.4, n.2, p.1293-1297, nov.2009. Disponível em: <file:///D:/Arquivos_Cliente/Downloads/8214-33811-1-PB.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2014.

PASQUALOTTO, Naiara; GODOY, Wilson Itamar; VERONA, Luiz Augusto Ferreira. Agricultura familiar e agroecologia: um olhar sobre o caminhar da juventude rural no sudoeste paranaense. Rev. Bras. de Agroecologia, v.8, n.3, p.72-79, 2013. Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/rbagroecologia/article/view/13199>>. Acesso em: 03 abr. 2014.

ROSSET, P. Soberania Alimentar: manifesto global dos movimentos campesinos. Institute for Food and Development Policy, Food First Backgrounder, 2003. Tradução Livre.

SHIVA, V. Monoculturas da mente: perspectiva da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gala, 2003. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. 240p.

TRICHES, R. M. et al.. Agroecologia e saúde sob o olhar dos jovens do meio rural ingressantes na Universidade Federal da Fronteira Sul no ano e 2012 – Campus Realeza/PR. Cadernos de Agroecologia, v.8, n.2, p.1-5, nov.2013. Disponível em: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/15103>>. Acesso em: 03 abr. 2014.

TROIAN, A.; DAL SOGLIO, F. K. Jovens rurais entre a diversificação e o monocultivo: o caso dos produtores de tabaco de Arroio do Tigre/RS. Cadernos de Agroecologia, v.8, n.2, p.1-5, 2013. Disponível: <<http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/13495>>. Acesso em: 03 abr. 2014.

WEZEL, A. et al. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. Agronomy for Sustainable Development, vol. 29, p. 503–515, 2009.

14.2 Bibliografia Consultada

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão. 3 ed. 1 reimp. São Paulo:Edusp, 2012

ARROYO, M. G., CALDART, R. S., MOLINA, M. C. (orgs.) Por uma educação do campo. 5 ed. Petrópolis,RJ:Vozes, 2011.

BERGNAMI, J. B., BURGHGRAVE, T. (orgs.) Pedagogia da Alternância e Sustentabilidade. Orizona,GO:UNEFAB, 2013.

CALDART, R. S. (org.) Caminhos para a Transformação da Escola: Reflexões desde práticas da licenciatura em Educação do Campo. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CALDART, R. S. (org.) Escola em Movimento: Instituto de Educação Josué de Castro. 1 ed. São Paulo:Expressão Popular, 2013.

CALDART, R. S. Pedagogia do Movimento Sem Terra. 3 ed. São Paulo:Expressão Popular, 2004.

FERREIRA, G. H. C. No Chão e na Educação: O MST e suas reformas. FREIRE, P. Extensão ou Comunicação ? 11 ed. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 2001.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 17 ed. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1987.

GHEDIN, E. (org.) Educação do Campo: Epistemologia e práticas. 1 ed. São Paulo:Cortez, 2012.

GOHN, M.G. Movimentos Sociais e Educação. Questões da nossa época; v.37. 8 ed.- São Paulo:Cortez, 2012.

OLIVEIRA, A. D. Juventude Rural: Constituição dos processos identitários. Petrolina, PE:IF Sertão Pernambucano, 2012.

OLIVEIRA, A. U., MARQUES, M. I. M. (orgs.) O Campo no Século XXI: Território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo:Casa Amarela e Paz e Terra, 2004.

PAULINO, E. T., ALMEIDA, R. A. Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo. 1 ed. São Paulo:Expressão Popular, 2010.

PIRES, A. M. Educação do Campo como Direito Humano. Coleção Educação em Direitos Humanos, v. 4. São Paulo:Cortez, 2012.

PISTRAK, M. M. Fundamentos da Escola do Trabalho. Trad. Daniel Aarão Reis Filho. 1 ed. São Paulo:Expressão Popular, 2000.

RIBEIRO, M. Movimento Camponês, Trabalho e Educação: liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana. 1 ed.- São Paulo:Expressão Popular, 2010.

SANTOS, C. F. O “aprender a aprender” na formação de professores do campo. Coleção Educação Contemporânea. Campinas,SP:Autores Associados, 2013.

SOUZA, M. A. Educação e Cooperação nos Assentamentos do MST. Ponta Grossa,PR:UEPG, 2006.